

Ciclos de bloqueios de rodovia em Novo Progresso (Amazônia)

Cycles of roadblocks in Novo Progresso (Amazon)

Renata Barbosa Lacerda^a 

Resumo A partir de bloqueios da rodovia BR-163 Cuiabá-Santarém no Sudoeste do Pará, este trabalho discute como essa ação coletiva foi priorizada como forma de interlocução com o sistema político e institucional por agentes sociais heterogêneos e desiguais, que ocasionalmente se aliam entre si: grandes a pequenos produtores rurais; pequenos agricultores; garimpeiros; mineradoras; empresários; comerciantes; madeireiras; e indígenas. A pesquisa se baseia em etnografia na região, com foco no município de Novo Progresso. Analisa entrevistas, postagens em mídias sociais digitais, reportagens, pesquisas acadêmicas e documentos. De modo a demonstrar essa dinâmica das mobilizações sociais e suas relações com o governo federal, analiso ciclos de protestos marcados por bloqueios da rodovia desde 2002. Ao debater com a literatura sobre movimentos sociais e confrontos políticos, o presente estudo revela, nos bloqueios da BR-163 paraense, um grande papel de representantes políticos e sociais tradicionais e de pautas referidas à governança sobre serviços públicos, territorialidades, terra, floresta e minérios. Argumento pela importância de analisar mobilizações fora dos grandes centros urbanos protagonizadas por agentes subalternizados, dominantes, liberais-conservadores, autoritários-reacionários, socialmente desiguais e/ou politicamente ambíguos.

Palavras-chave Mobilizações sociais. Bloqueio de rodovia. Política. Terra. Políticas públicas.

Abstract *Based on the blockades of the BR-163 Cuiabá-Santarém highway in the southwest of Pará, this paper discusses how this collective action was prioritized as a form of interlocution with the political and institutional system by heterogeneous and unequal social agents, who occasionally allied with each other: large and small rural producers; small farmers; miners; businessmen; traders; logging companies; and indigenous people. The research is based on ethnography in the region, with a focus on the municipality of Novo Progresso. It analyzes interviews, posts on digital social*

^a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). E-mail: reblacer@gmail.com

media, reports, academic research and documents. To demonstrate the dynamics of social mobilizations and their relationship with the federal government, I analyze cycles of protests marked by roadblocks since 2002. Discussing the literature on social movements and political confrontations, this study reveals a large role for traditional political and social representatives in the blockades of the BR-163 highway in Pará, as well as agendas related to governance over public services, territoriality, land, forest and minerals. I argue that it is important to analyze mobilizations outside the major urban centers led by subaltern, dominant, liberal-conservative, authoritarian-reactionary, socially unequal and/or politically ambiguous agents.

Keywords *Social mobilizations. Roadblock. Politics. Land. Public policies.*

INTRODUÇÃO

A partir de bloqueios da rodovia BR-163 (Cuiabá-Santarém) no Sudoeste do Pará, discuto como essa ação coletiva se tornou uma das principais formas de interlocução com o sistema político e institucional por agentes sociais heterogêneos com diferentes pautas, que se autoidentificavam como: grandes, médios ou pequenos produtores rurais (*posseiros, colonos* e/ou ruralistas); garimpeiros (trabalhadores, empresários e donos de garimpo); mineradoras (nacionais e estrangeiras); empresários; comerciantes; madeireiros (trabalhadores e donos de serrarias); pequenos agricultores familiares (*assentados, colonos* e/ou trabalhadores rurais); e indígenas Mebêngôkre (Kayapó).

Este trabalho mostra como alianças configuradas conjuntamente nesses bloqueios de rodovia apresentaram um caráter cada vez mais ambíguo (Bringel, Pleyers, 2017; Pinheiro-Machado, 2019) e de justaposição de mobilizações (Alonso, 2023) – sobretudo a partir de 2013, após as Jornadas de Junho, ainda que sem vinculação direta com esse ciclo de protestos difundido em diversas cidades do Brasil. Ademais, após 2017, os bloqueios da BR-163 mostraram uma crescente adesão ao projeto bolsonarista, constitutivo da politização do autoritarismo social em um contexto pós-crise global de 2008 de radicalização do neoliberalismo (Bringel, 2022). Diferentemente de análises centradas nos grandes centros urbanos nacionais e internacionais, o presente estudo enfatiza a relevância de representantes políticos e sociais tradicionais e de pautas referidas à governança sobre serviços públicos, territorialidades, terra, floresta e minérios nos bloqueios da BR-163 paraense.

Não à toa a BR-163 se tornou o principal palco dos confrontos políticos na região. Afinal, a *região da BR-163* tem sido lembrada por seus habitantes –

sobretudo *colonos sulistas* brancos prestigiados por seu *pioneirismo*¹ – como nascida a partir da abertura dessa estrada em 1973 pelas políticas de colonização da Amazônia. Abandonada pelo Exército nos anos 1980, a rodovia se tornou condição e símbolo da *sociedade* fundada às suas margens, atualizando o pioneirismo de antepassados europeus imigrantes, recordados pela fundação de comunidades no Sul do país (Seyferth, 1992). Assim, *sulistas pioneiros* valorizavam seu protagonismo na ocupação da Amazônia ao se diferenciarem de *nordestinos*, *paraenses* e *goianos* que passaram a compor a *sociedade* de Novo Progresso e o *povo da região da BR-163* enquanto comunidades imaginadas (Lacerda, 2022)².

Se, para o regime militar, a BR-163 era uma das principais vias de promoção de integração e soberania nacionais, na virada do século essa rodovia passou a ser chave na logística de escoamento de *commodities* de Mato Grosso por portos do Pará e tornou-se parte de projetos nacionais e sul-americanos de integração da Pan-Amazônia com o mercado mundial (Castro, 2012). Haja visto que o trecho mato-grossense já havia sido asfaltado nos anos 1980, a pauta de pavimentação do trecho paraense da rodovia se fortaleceu, tanto por grupos sociais locais quanto por empresários do chamado agronegócio de Mato Grosso. Somente em 2001 teve início o Estudo de Impacto Ambiental (EIA) da pavimentação da BR-163 paraense, sob a execução do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT).

Isso renovou a esperança da *sociedade* e do *povo* com o *progresso* prometido pelo asfalto, que facilitaria o escoamento de madeira, ouro e gado da região, além de favorecer a expansão da soja, milho e arroz – símbolos da *riqueza do agronegócio* encabeçada por *sulistas* que haviam colonizado Mato Grosso, com os quais se comparavam, ressentindo que o governo federal *abandonou os colonos do Pará*. Com a chegada do asfalto, a *sociedade* passou a ressentir também suas compensações, que teriam paralisado a economia da região. Identificavam assim uma grande *crise da ambientalização* (Lacerda, 2022) causada por políticas de regulamentação ambiental e de redistribuição de terras públicas do governo de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010).

A mudança na governança sobre a terra, floresta e minérios foi capitaneada pelo Plano BR-163 Sustentável (2003-2007), que suspendeu documentos provisórios de posse e criou UCs e assentamentos. Isso motivou mobilizações sociais em torno

1 Em itálico, se encontram termos ênicos relevantes para a análise e palavras estrangeiras.

2 O termo *sulistas* englobava pessoas brancas nascidas na região Sul do Brasil, mas também em São Paulo, Mato Grosso do Sul e Mato Grosso. Logo, dissociavam a natalidade efetiva da identidade de origem, como observado em outras regiões conhecidas pela expansão do agronegócio (Heredia, Palmeira, Leite, 2010).

dos projetos de desenvolvimento nessa rodovia, em defesa da descaracterização ou da consolidação de territórios. Tais mobilizações foram repercutidas regional, nacional e internacionalmente principalmente quando conflavam bloqueios da rodovia – em especial aqueles referidos à TI Baú, à Floresta Nacional (Flona) do Jamanxim, à Reserva Garimpeira do Tapajós e, com menor alcance, aos assentamentos Projetos de Desenvolvimento Sustentável (PDS) Terra Nossa (Lacerda, 2022, 2024) e Brasília (Campbell, 2012, 2015).

Em 2005 e 2006, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) criou dezenas de PDS no Oeste do Pará em resposta à pressão de madeireiros por áreas regularizadas para manejo florestal e a acampamentos de trabalhadores rurais na beira da BR-163 realizados desde 2003. Nesse contexto, o PDS Brasília e o PDS Terra Nossa foram criados sobre pretensões fundiárias ilegais ou irregulares nos municípios de Novo Progresso e Altamira. O PDS Brasília é adjacente à Flona do Jamanxim e ambos se situam a oeste da BR. Já o Terra Nossa foi criado a leste da rodovia, em parte da área desafetada da TI Baú, ocupada tradicionalmente pelos Kayapó Mekrãgnoti, mas invadida por madeireiros, mineradoras e *colonos*. Essa terra indígena foi criada em 1991 pela Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai) com 1,85 milhões de hectares e foi homologada em 2008, após perder 17% de sua área em decorrência da coalizão entre ruralistas, mineradoras e políticos de Novo Progresso contra sua demarcação, iniciada em 2003 pelo governo Lula.

Já a Flona do Jamanxim, UC criada em 2006 por decreto de Lula, se sobrepôs à Reserva Garimpeira do Tapajós, instituída em 1983 pelo Ministério de Minas e Energia (MME) durante a ditadura empresarial-militar. A Reserva Garimpeira tornou-se objeto de reivindicações de regularização, pois foi sobreposta a UCs que não permitiam mineração ou que apresentavam controvérsias jurídicas, como a Flona do Jamanxim³.

Em suma, a Flona do Jamanxim, a TI Baú e os PDS Terra Nossa e Brasília foram alvos de tentativas de descaracterização em prol da chamada “regularização fundiária” em seu sentido flexibilizado; isto é, de privatização de terras públicas (Kato; Korting; Menezes, 2022) em contextos de valorização de *commodities* como terra, carne, soja, madeira e ouro. Diferentemente da Flona, a TI e os PDS têm apresentado variadas formas de ação coletiva por sua consolidação (Lacerda, 2024).

3 A mineração em Flonas tem sido alvo de controvérsias jurídicas entre o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) – criado em 2007 para gerir UCs, função que era do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), ambos vinculados ao Ministério do Meio Ambiente (MMA) –, e a Agência Nacional de Mineração (ANM), antigo Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), vinculada ao MME.

Esta pesquisa se baseia na etnografia na região da BR-163 paraense (2013-2023), com foco no município de Novo Progresso, e analisa entrevistas, postagens em mídias sociais digitais, reportagens, pesquisas acadêmicas e documentos. Cabe ressaltar que não presenciei os protestos que analiso neste trabalho. Me apresentei como pesquisadora da UFRJ interessada na história e nas mobilizações sociais da região em conversas com madeireiros, garimpeiros, produtores rurais, empresários, assentados, Kayapó e seus representantes, sobretudo durante meus trabalhos de campo (realizados em 2013, 2017 e 2018).

Minha presença suscitou desconfianças, principalmente devido à falta de recomendações anteriores e à minha aparência e origem: branca, de classe média universitária do Sudeste. Vinda do Rio de Janeiro, era reiteradamente interpelada a contar sobre o suposto “vandalismo” transmitido na televisão das Jornadas de Junho de 2013 – ao qual se contrapunham como “povo pacífico”. Não raro, eu era confundida com servidores públicos, jornalistas e ambientalistas. Por outro lado, minha condição de estrangeira também facilitava confidências e tentativas de compartilhar o *conhecimento da realidade da região* para fora, saber que legitimaria quem se mobilizava e deslegitimaria antagonistas. Nesse sentido, para manifestantes, atrair atenção não só da imprensa, mas de pesquisadoras como eu, era também considerado como um dos elementos da eficácia dos bloqueios da rodovia ao ampliar o alcance desse *conhecimento*.

Na primeira parte, discuto o bloqueio de rodovia como forma de ação coletiva e seus possíveis enquadramentos a partir de teorias dos movimentos sociais. Na segunda parte, apresento os principais aspectos de ciclos de protestos intensificados por bloqueios de rodovia na BR-163 paraense.

1 A FORMA BLOQUEIO DE RODOVIA

O bloqueio de estradas e rodovias integra um repertório relativamente recente em termos de formas históricas de ação coletiva conhecidas e consideradas relativamente legítimas por agentes sociais não só populares, mas também dominantes, para demandarem mudanças na governança sobre direitos costumeiros. Barricadas eram empregadas pelo menos desde o século XVI na Europa, sendo que nas revoluções francesas de 1789 e 1848 os bloqueios de estrada foram empregados como ferramenta de protesto, a qual se disseminaria pelo mundo no século XIX (Traugott apud Harley, 2014, p.266-267). Segundo Tilly (1978) e Thompson (1998), o bloqueio de meios de circulação, inclusive de estradas, já era empregado como ação coletiva popular no século XVIII e XIX na França e Inglaterra nos “motins da fome” realizados por trabalhadores urbanos e mineradores. Suas demandas

diziam respeito a uma economia moral, na qual estava em jogo a distribuição considerada justa dos alimentos, contra o desrespeito ou privação de normas e obrigações sociais frente à expansão da política econômica de livre mercado (Thompson, 1998).

Na América Latina, essa forma de ação coletiva passou a ser empregada sobretudo nos anos 1990 por povos indígenas, em países como a Colômbia (Ruano, 2013), e por organizações de desempregados “piqueteros” na Argentina (Quirós, 2009). Especificamente no Brasil, Sigaud (2000) e Rosa (2010) observaram como as formas acampamento e movimento conquistaram legitimidade frente ao Estado brasileiro e capilaridade social dos anos 1980 aos 2000 a partir de demandas de luta por terra. Nesse contexto, o bloqueio de rodovia emergiu em mobilizações sociais de comunidades e de trabalhadores rurais nos anos 1980 e 1990 – como a mobilização comunitária que formaria o Movimento dos Atingidos por Barragem (MAB) (Vianna Jr., 2012)⁴ e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) (Chaves, 2000)⁵ –, e aos movimentos indígenas nos anos 2000 (Ruano, 2013).

Seguindo a tendência de teóricos dos movimentos sociais na América Latina, estudos sobre bloqueios de estradas, embora contribuam para compreender a dinâmica dessa forma de ação, costumam focar naqueles produzidos por agentes subalternos, associando-os a pautas progressistas⁶. Privilegiaram, assim, o potencial revolucionário e de mudança cultural de determinados agentes, negligenciando “mobilizações à direita e em torno de demandas religiosas e comunitárias” (Alonso, 2009, p.70). Logo, poucas pesquisas analisavam o campo relacional de conflitos entre movimentos, Estado e contramovimentos (Alonso, 2014) ou observavam confluências ou alianças situacionais entre agentes vistos seja como dominantes e dominados, seja como progressistas, revolucionários, conservadores e reacionários.

Recentemente, com a emergência de uma “geopolítica da indignação global” nos anos 2010, incluindo-se as Jornadas de Junho de 2013 no Brasil, ganhou fôlego no contexto latino-americano a abordagem relacional e dinâmica de confronto político, a qual abarca participantes do protesto, seus opositores, a imprensa,

-
- 4 Em 1986, colonos fecharam uma estrada no Rio Grande do Sul para forçar uma negociação com a empresa responsável pela barragem de Machadinho (Vianna Jr., 2012). Anteriormente a esse ato, a rodovia Transamazônica já havia sido bloqueada em 1983 por canavieiros, trabalhadores de uma usina, segundo Paula Lacerda (2013).
- 5 Chaves (2000) descreveu bloqueios de rodovia realizados durante a “Marcha Nacional por Reforma Agrária, Emprego e Justiça”, organizada pelo MST em 1997. Chaves (2000, p.137) lembra que o massacre de Eldorado dos Carajás ocorreu após o bloqueio da estrada na “curva do S” por trabalhadores sem-terra em abril de 1996.
- 6 Ver, por exemplo, Harley (2014), que destaca o significado simbólico e espacial da multiplicação de bloqueios de estrada por agentes subalternizados no século XXI em países como: África do Sul, Guiné, Moçambique, Nigéria, Palestina, Chile, Brasil, Argentina, Índia, Canadá e Turquia.

entre outros agentes (McAdam; Tarrow; Tilly, 2004). Bringel e Pleyers (2017), a partir de estudos sobre confrontos na América Latina, Ásia e África, argumentaram que essa abordagem permite analisar a abertura societária gerada pelo transbordamento de mobilizações inicialmente progressistas em uma “confluência ambígua” de campos sociais reacionários e progressistas. Já Pinheiro-Machado (2019) observou as transformações societárias que as jornadas implicaram, o que perpassou seu olhar sobre “revoltas ambíguas” (como a greve dos caminhoneiros de 2018), cuja orientação ideológica não está dada, sendo disputada. Alonso (2023), por seu turno, observou as Jornadas de 2013 como um “mosaico” de mobilizações simultâneas com diferentes estilos de ativismo (inclusive o “patriota” conservador e/ou reacionário) que culminou nos bloqueios de rodovia orquestrados desde a derrota eleitoral de Bolsonaro em 2022. Bringel (2022), por outro lado, desdobra o que Alonso denominaria de estilo patriota em dois campos de ação coletiva que têm incidido de modos singulares e confluentes na crise da hegemonia do ciclo democratizante do Brasil: o campo liberal-conservador e o campo autoritário-reacionário⁷.

Ainda que representem um avanço analítico sobre mobilizações ambíguas, conservadoras e reacionárias, ao se centrarem nos centros urbanos nacionais e internacionais, essas análises não têm abarcado fenômenos semelhantes em cidades do interior do país, onde representantes políticos e de movimentos sociais e pautas referidas à governança sobre serviços públicos, territorialidades, terra, floresta e minérios têm se mostrado fatores centrais para as confluências ambíguas nos protestos. Inclusive, ainda que não necessariamente enquadradas teoricamente pela chave dos movimentos sociais, pesquisas sobre o patronato rural no Brasil já mostravam que produtores e empresários rurais realizavam manifestações de rua desde pelo menos os anos 1950 (Bruno, 2003; Carneiro, 2008). Desde 1998, bloquearam vias urbanas no Sul e em Brasília (Da Ros, 2009; Carneiro, 2008). Em 2006, fecharam ferrovias e rodovias como a BR-163 e a BR-364 no Mato Grosso, valendo-se “do mesmo repertório de ações observado em protestos de trabalhadores sem terra” (Almeida, 2013, p.164).

A partir dessas considerações, defendo ser pertinente avançar na descrição de ações coletivas ambíguas e reacionárias em confrontos políticos que envolvem o patronato rural, bem como madeireiros e garimpeiros, seja na posição de

7 Segundo Bringel (2022, p.177), “um campo de ação política é constituído por diversos atores (não somente movimentos sociais, mas também partidos políticos, sindicatos, indivíduos e outras coletividades mais descentradas), com relações e posições internas que marcam alianças e consensos mínimos, mas também relações de poder e disputas dentro do próprio campo”.

manifestantes, de apoiadores ou de antagonistas. Nesse sentido, Rauber (2022) observou mobilizações sociais ruralistas que contaram com bloqueios de rodovia no Rio Grande do Sul em março de 2013 realizados por associações e sindicatos não só de produtores rurais, mas também de agricultores familiares contrários à demarcação de terras indígenas. Já Bemerguy (2019) mostrou como grupos divergentes se articularam em um movimento pela emancipação do estado do Tapajós, reunindo de forma tensa apoiadores e críticos do agronegócio.

Campbell (2012), por seu turno, já havia notado como o bloqueio da BR-163 em Castelo dos Sonhos em 2007 se tornou uma forma de *pequenos* agricultores familiares e garimpeiros e de *grandes* pecuaristas transformarem seu símbolo de desenvolvimento (a rodovia pavimentada) em um obstáculo à nova política de desenvolvimento sustentável que os deixou de lado. Mas, em termos da sua justificação e eficácia, o bloqueio da BR-163 era uma ação controversa entre habitantes da região da BR-163 paraense, haja vista que materializava *revoltas* que prejudicariam moradores e caminhoneiros (Lacerda, 2022)⁸. Ainda assim, a obstrução da circulação de *commodities* era vista por todos os agentes das mobilizações como fundamental para interferirem no campo político por meio não só do prejuízo financeiro que causavam aos grandes produtores rurais e empresários do agronegócio do Mato Grosso, mas de sua difusão pela imprensa (Champagne, 1984).

Como notou Ruano (2013), devido ao seu caráter desafiador à lógica institucional, o bloqueio de rodovia costuma receber não só maior repressão policial quanto maior cobertura mediática do que outras formas de ação coletiva. Como se verá, na região da BR-163, no entanto, a repressão policial foi observada poucas vezes, ainda que a Justiça tenha sido acionada com alguma frequência para a desobstrução rodoviária, sendo as multas a principal penalidade aos organizadores dos bloqueios. Em termos de cobertura midiática, receberam maior divulgação a nível nacional e internacional os bloqueios organizados por ruralistas, madeireiros e garimpeiros. Bloqueios realizados por assentados apresentavam menor cobertura regional e local do que bloqueios feitos por indígenas.

Se assentados dos PDS e indígenas Kayapó bloqueavam a BR para demandar direitos vinculados a suas territorialidades, parte dos ruralistas locais explicitavam que sua principal reivindicação era serem reconhecidos pelo governo federal como

8 Rauber (2022) também notou que a polêmica em torno do bloqueio de rodovia perpassou representantes ruralistas da CNA com relação à “Mobilização nacional pela revisão e suspensão de demarcações de terras indígenas” realizada em 14 de junho de 2013, concomitante às “jornadas de junho”. A então senadora Katia Abreu se mostrou contrária às interdições de rodovia; no entanto, essas se tornaram a principal forma de protesto do movimento.

produtores, pois teriam se tornado mero *corredor de exportação* com o Plano BR-163 Sustentável. Por isso *bloqueavam, fechavam ou trancavam a BR*, fazendo parar as *riquezas* que passavam do agronegócio mato-grossense, pois o governo federal passou a impedi-los de *produzir*, ação que consideravam ser seu direito moral. Contudo, como enfatizou Davis (2023), bloqueios (inclusive de rodovias) não são ações apenas de obstrução da circulação de pessoas e coisas, mas também de reorientação de relações sociais, circulações materiais e formas de governança.

Destarte, embora tenha particularidades enquanto configuração social que abarca não só setores populares, mas também setores de elites locais e regionais (de campos de ação liberal-conservador e autoritário-reacionário), os bloqueios da BR-163 revelam consensos e conhecimentos mais amplos de comunidades imaginadas, que por vezes expressaram uma certa “consciência regional”⁹. Essas comunidades imaginadas remetem, em grande medida, a representantes sociais e políticos de agrupamentos como: os assentados; os Kayapó; os produtores rurais; os garimpeiros; os madeireiros; a *sociedade* de Novo Progresso; o *povo da região*. Ademais, expressaram economias morais, com sentimentos de injustiça acerca do governo de direitos costumeiros (Thompson, 1998).

Assim, para além de explicações acerca da apropriação de formas de mobilização social de agentes subalternizados por elites reacionárias, cabe indagar, no sentido de Chua e Bosworth (2023), por quais motivos agentes reacionários passaram a identificar os bloqueios de rodovia como meios para a consolidação de seu poder. Seguindo Thompson (1998) e Sigaud (1986), podemos ainda nos questionar, dada a persistência dessa ação coletiva e, no presente caso, a extensão das demandas envolvidas: quais são seus efeitos e sua eficácia para manifestantes?

2 FECHANDO A BR-163

De 2002 a janeiro de 2023, foram realizados pelo menos 21 bloqueios da rodovia nessa região, que reuni analiticamente em sete ciclos de protesto, descritos a seguir. Me baseio na literatura sobre ciclos de protesto (Sigaud, 1986; Tarrow, 1993) de modo a evidenciar os bloqueios de rodovia como momentos críticos de mobilizações sociais intensas, durante as quais são experimentadas novas e velhas

9 Thompson (1998, p.168-169), acerca dos motins na Inglaterra, afirma: “As exportações para o estrangeiro subvencionadas eram as que pior ressentimento provocavam em torno da metade do século [XVIII]. [...] os anos 1795 a 1800 viram mais uma vez o florescimento de uma consciência regional, tão vívida quanto a de cem anos antes. As estradas eram bloqueadas para impedir a exportação de mercadorias da paróquia.”.

ações coletivas, que podem ser transformadas em eventos políticos pela imprensa, ao reconhecer (ou não) sua existência (Champagne, 1984)¹⁰.

2.1 LUTA POR TERRA EM CASTELO DOS SONHOS (2002)

Na região da BR-163 paraense, a interdição da rodovia foi primeiramente empregada em 2002 por pequenos agricultores e garimpeiros em Castelo dos Sonhos (distrito de Altamira vizinho a Novo Progresso) sob a liderança do sindicalista dos trabalhadores rurais Bartolomeu Moraes da Silva (vulgo Brasília), filiado ao Partido dos Trabalhadores (PT) e apoiado pela Comissão Pastoral da Terra (CPT). Naquele ano, o bloqueio de rodovia foi realizado de forma coordenada com ocupações de fazendas abandonadas, demandando a posse das terras para os *pequenos*; isto é, posseiros, trabalhadores rurais e garimpeiros artesanais, diferenciados dos *grandes* pecuaristas ou produtores rurais. Em julho de 2002, em resposta à sua candidatura como vereador em 2000 e às mobilizações que organizava, grileiros torturaram, assassinaram e deixaram o corpo de Brasília na rodovia (Campbell, 2015). Simbólico por inaugurar essa forma de ação coletiva justamente quando o EIA da pavimentação da BR-163 avançava, o bloqueio de 2002 não foi repercutido pela imprensa e nem costumava ser rememorado pelos habitantes da região, a não ser pelos *pequenos* que conheceram Brasília.

2.2 VITÓRIA CONTRA A FUNAI (2003)

Diferentemente do bloqueio de 2002, o bloqueio da BR-163 realizado em Novo Progresso em 2003 pela prefeitura, mineradoras, madeireiros e *colonos* se tornou o marco inaugural de um repertório de ações coletivas caracterizado pela *briga com o governo* federal, e não entre *pequenos* e *grandes*. Esse bloqueio de cerca de doze dias tem sido lembrado pela *sociedade* de Novo Progresso pela vitória do município contra a Funai. Embora a TI fosse alvo de contestações jurídicas e confrontos armados desde sua criação em 1991, o início da sua demarcação no início do governo Lula, em um momento de expectativa de pavimentação da BR, foi o estopim para a realização do protesto, encabeçado pelo sindicato rural, filiado à Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA). O bloqueio acompanhou o *acordo*, mediado pela Funai, com lideranças Kayapó¹¹.

10 Como destacou Alonso (2023), o pico de um ciclo de protestos interrompe o cotidiano, sendo seguido por respostas estatais e desmobilização – o que dialoga com a conceituação de Sigaud (1986) ao analisar antropológicamente as greves como rituais, relacionados com o cotidiano.

11 No *acordo*, “os fazendeiros se comprometeram a pagar R\$ 120 mil anuais por um período de dez anos à prefeitura de Novo Progresso”, que investiria o dinheiro em “benefícios” para a TI (Valente, 2003).

O bloqueio da rodovia foi desfeito quando a Justiça Federal (Subseção de Santarém, Pará) suspendeu a demarcação da TI Baú com base em reportagens da imprensa paraense e nacional acerca da “calamitosa situação de insegurança pública” (Suspensa, 2003) – que envolviam ameaças de “banho de sangue” de ruralistas contra os Kayapó (Fazendeiros, 2003). Em seguida, o Ministério da Justiça reduziu a TI em mais de 300 mil hectares. Dez anos depois, já no governo de Dilma, Novo Progresso aderiu à “Mobilização nacional pela revisão e suspensão de demarcações de terras indígenas” realizada pela CNA em 14 de junho de 2013 (Produtores, 2013), que contou com bloqueios de estrada pelo país (Rauber, 2022).

Ironicamente, em postagens nas mídias sociais e em entrevistas que realizei com produtores rurais, era comum se queixarem do protagonismo de indígenas em bloqueios de estradas – ação coletiva disseminada entre povos indígenas no Brasil a partir da década de 2000 (Ruano, 2013). Por um lado, para ruralistas, esses bloqueios *atrasariam o desenvolvimento*. Por outro lado, ressentiam que eram eficazes. Como um comentário a um blog local – que noticiava a paralisação da obra de pavimentação da BR-163 pelos Kayapó e sua ameaça de bloqueio da rodovia – sugeriu: “não os critiquemos, mas devemos copiá-los” (Ribeiro, 2011).

2.3 MOVIMENTO DOS SEM COMIDA E GREVES DOS ASSENTAMENTOS (2005-2011)

Em meio ao anúncio do convênio que pavimentaria o trecho paraense da BR-163 em 2005, a rodovia voltou a ser bloqueada por dez dias consecutivos. O protesto, organizado pelo Sindicato das Indústrias Madeireiras do Oeste do Pará (Simaspa), foi motivado por portaria do Incra de 2004 que suspendeu documentos provisórios de posse que permitiam planos de manejo florestal. Lembrada como início da *crise da ambientalização*, madeireiros alardeavam que a *crise* era *da madeira*, mas também *do desemprego*, gerando fome. Devido ao alcance regional do Simaspa e à abrangência da pauta contra a *crise*, teve repercussão na imprensa nacional e se desdobrou em protestos em outros municípios, com queima de pontes, interdição de navios, barcos e rios. Teve fim após negociações com o Ibama, o MMA e o Incra, que apresentaram os assentamentos PDS e as Florestas Nacionais como solução à necessidade de manejo florestal.

Esse plano foi frustrado pela não consolidação da concessão florestal da Flona do Jamaxim e pela interdição judicial dos PDS, divulgados por organizações não governamentais (ONGs) ambientalistas e pela imprensa nacional e estadual como “assentamentos fantasmas” criados unicamente para atender às madeireiras, o que levou o Ministério Público Federal (MPF) a recomendar a sua interdição

(Torres, 2012). Contudo, esses projetos de assentamento foram igualmente fruto de reivindicações de famílias de agricultores que, desde 2003, acamparam na BR-163, mobilizados por sindicatos de trabalhadores rurais. Com a criação dos PDS Brasília e Terra Nossa, assentados passaram a protestar pela sua *regularização*, termo que significava a consolidação dos assentamentos, com direitos a assistência técnica, infraestrutura, crédito, documentação fundiária e demarcação de reservas coletivas.

Em 2007, assentados do PDS Brasília realizaram uma *greve* em que bloquearam a BR-163 por dez dias contra a interdição judicial dos assentamentos. Diferentemente de 2002, dessa vez foram apoiados por *grandes* madeireiros e ruralistas da região, os quais vinham explorando ilegalmente a reserva florestal do PDS com anuência de parte das lideranças dos assentados e servidores do Incra (Campbell, 2015).

Naquele período, assentados do Terra Nossa ocuparam a sede do Incra em Santarém demandando regularização do PDS (CPT, 2008). Mas só em 2011 realizaram seu primeiro bloqueio da BR-163 por três dias, após duas decisões judiciais do Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF-1). Uma, de 4 de maio, intimou o Incra a retirar as famílias assentadas da pretensão fundiária de um *grande* fazendeiro. A outra, do dia 12 de agosto, liberou os PDS que haviam sido interditados, o que viabilizou a atuação do Incra no Terra Nossa. Por isso, organizaram essa *greve* como forma de demandar à autarquia a *regularização* do assentamento, explicitando em notas públicas a necessidade de dar fim aos *conflitos com fazendeiros*.

2.4 TODOS JUNTOS, CADA UM COM SUA PAUTA (2013)

Em 2013, as alianças entre *grandes* ruralistas e *pequenos* agricultores, que vinha sendo tecida pelo menos desde a criação dos PDS, se concretizou na realização de um bloqueio da BR-163 de dez dias em Novo Progresso, atraindo a atenção da mídia nacional. Lideranças de assentados do Terra Nossa (sindicato dos trabalhadores rurais e associações do assentamento), de garimpeiros da Reserva Garimpeira do Tapajós (sindicato dos garimpeiros) e dos produtores rurais (sindicato rural da CNA) demandaram: o livre acesso à Flona do Jamaxim, que vinha sendo dificultado pelo ICMBio; a redução dessa Flona, de modo que os produtores rurais das áreas desafetadas obtivessem o título de propriedade; a *regularização* do PDS Terra Nossa. Nessa ocasião, mais uma decisão judicial do TRF-1 tinha sido desfavorável aos assentados e suas lideranças passaram a aceitar a negociação de desafetação de algumas pretensões fundiárias de fazendeiros no PDS. Logo, o termo *regularização* foi flexibilizado, silenciando o *conflito com fazendeiros* em

prol de um *acordo* de redução do PDS. O fim do bloqueio se deu com reuniões com o Incra e uma audiência pública sobre a redução da Flona do Jamanxim.

Os ruralistas se dividiram em torno da eficácia do bloqueio de rodovia, após uma década de confrontos com o governo federal pela titulação de pretensões fundiárias (grandes a pequenas), inclusive na Flona do Jamanxim. Aqueles contrários aos bloqueios disseminavam rumores de que os assentados foram *usados* pelo sindicato rural, mas os próprios assentados explicavam que também *usaram* os *grandes*, que possuem mais *condições* (inclusive recursos e visibilidade), para ampliarem o alcance de suas demandas por terra e direitos (Lacerda, 2019).

2.5 INDÍGENAS E BRANCOS: MISTURAS E SEPARAÇÕES (2006-2016)

Em 2005, o Ibama emitiu a Licença Prévia da pavimentação da BR-163, que estabeleceu o Componente Indígena do Programa Básico Ambiental (PBA-CI) como condicionante para emissão da Licença de Instalação. Segundo o documento do PBA-CI (DNIT, 2006), o componente indígena levou em consideração o primeiro bloqueio da BR-163 organizado pelos Kayapó em 2006 e a reunião entre indígenas e representantes governamentais. Com o PBA-CI, os Kayapó criaram a ONG Instituto Kabu, organizado por lideranças de aldeias das TIs Baú e Mekrãgnoti. Desde 2006, os Kayapó do Kabu organizaram bloqueios da BR (2007, 2010, 2011, 2014) para demandar: o cumprimento do PBA-CI; maior acesso à Funai; melhorias de serviços públicos; casas de saúde e cultura indígena; oposição à Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 215/2000 que pretende transferir para o Congresso Nacional a demarcação de TIs.

Em 2016, os Kayapó organizaram conjuntamente um bloqueio de rodovia com assentados do PDS Terra Nossa que haviam se aliado com fazendeiros que demandavam a desafetação de áreas do PDS – alguns inclusive já haviam contestado anteriormente a TI Baú. Contudo, realizaram o protesto em pontos separados da rodovia, pois os Kayapó não se *misturavam com brancos*, porque eles invadem seu território, conforme afirmaram então à imprensa local (Lacerda, 2024). Em entrevista, uma liderança Kayapó me explicou que essas divergências quanto a lutas territoriais não os impediriam de se aliarem eventualmente com *brancos* (não indígenas), pois todos enfrentariam uma vivência de precariedades em termos de saúde, educação, eletricidade etc. Seu objetivo, portanto, era reunir mais *força* para suas demandas serem atendidas pelo governo federal.

Apesar do bloqueio não ter tido repercussão na imprensa estadual e nacional, os Kayapó conseguiram reuniões com autoridades em Brasília que atenderam

parte de suas pautas. Já os assentados conseguiram uma audiência pública, que resultou em nova vistoria do INCRA para delimitar seu perímetro, lotes e reserva legal coletiva. Diferentemente da pretensão dos fazendeiros, a vistoria recomendou a desintrusão de fazendeiros grileiros do PDS (Incra, 2017).

2.6 MOVIMENTO MP 756 MUDANÇA JÁ (2017)

Desde o bloqueio da BR de 2013, as mobilizações da Flona do Jamanxim e da Reserva Garimpeira do Tapajós enfrentaram derrotas no Legislativo. Em fins de 2016, Michel Temer (MDB) assinou a Medida Provisória (MP) nº756 para flexibilizar a Flona do Jamanxim e outra UC. Anunciou que o objetivo era responder à escalada de desmatamento e violência que culminou no assassinato de um sargento em operação ambiental naquela Flona. A MP 756 suscitou repercussão midiática negativa nacional e internacionalmente, visto que recategorizava parcialmente a Flona em categoria de proteção mais branda. Após passar por modificações no Congresso Nacional que flexibilizaram mais a Flona, Temer vetou a 756 integralmente.

Essas modificações no Congresso foram fruto da mobilização de lideranças ruralistas da BR-163 paraense, que se articularam no *movimento MP 756 Mudança Já!*, organizado pelo sindicato rural (CNA), políticos e empresários locais. Realizaram *lobbies* em Brasília – onde conheceram o então deputado federal Jair Bolsonaro (PL) – e três bloqueios da BR-163 em fevereiro, abril e julho de 2017, totalizando cerca de vinte e dois dias de interdição. Em entrevistas, lideranças me contavam com orgulho que tiveram *ajuda* dos Kayapó e de cozinheiras do PDS Terra Nossa (pagas pelo serviço) nos bloqueios. Argumentavam que a MP reduzia as áreas produtivas do município, por torná-las áreas protegidas. Após o veto de Temer, organizaram o *movimento dos atingidos pelas reservas* ambientais que ocupou e ameaçou bloquear a BR-163 em fins de 2017. Não efetivaram o bloqueio e passaram a demandar a redução da Flona do Jamanxim pelo Projeto de Lei (PL) 8.107/2017, proposto pelo MMA.

2.7 LEGALIZAÇÃO DE GARIMPOS E O MOVIMENTO PATRIOTA (2018-2023)

No início de 2018, uma mobilização iniciada por empresários da mineração, associações e cooperativas de garimpeiros e políticos da região ameaçou bloquear a BR pela *legalização* dos garimpos da Reserva Garimpeira do Tapajós, inclusive na Flona do Jamanxim. Diferentemente dos movimentos anteriores, sindicatos não atuaram diretamente, embora sindicalistas ruralistas tenham apoiado ou

atuado indiretamente. Na campanha eleitoral, políticos que defendiam essa pauta demonstraram sua proximidade com Jair Bolsonaro – em grande medida conquistada a partir do *Movimento MP 756 Mudança Já!* –, o qual recebeu quase 80% dos votos de eleitores de Novo Progresso.

Em 2019, organizaram o *Movimento pela regularização dos garimpos no Tapajós*, que bloqueou a rodovia por cinco dias em um distrito vizinho a Novo Progresso. Demandava a *legalização* dos garimpos do Tapajós e o fim da norma que permite queima de maquinário por fiscais ambientais. Liberou a BR-163 após agendamento de reunião com o MMA e a Casa Civil em Brasília. Um ano depois, voltou a bloquear a rodovia por seis dias contra operações de fiscalização ambiental. Como o governo federal se mostrou disposto a regularizar garimpos onde não havia controvérsia jurídica, mudanças jurídicas passaram a ser o foco do movimento.

Ao mesmo tempo, o governo Bolsonaro atacou direitos indígenas, inclusive com atrasos e ameaças de cortes do PBA-CI, o que comprometeu os trabalhos do Instituto Kabu, levando algumas aldeias a cindirem com a ONG e se associarem a garimpos (Garimpo, 2021). Em resposta, os Kayapó vinculados ao Kabu bloquearam a BR-163 em 2020 demandando: renovação do PBA-CI; retomada da fiscalização nas TIs; consulta pública sobre nova ferrovia (Ferrogrão); apoio ao enfrentamento da Covid-19. Apesar de conseguirem recursos atrasados, os Kayapó continuaram enfrentando ameaça de cortes.

Com o fortalecimento da mineração ilegal e desmontes de direitos indígenas, a reação à derrota de Bolsonaro nas eleições de 2022¹² foi avassaladora. A região da BR-163 paraense foi divulgada pela imprensa nacional como palco dos bloqueios de rodovia mais violentos contra a eleição de Lula, responsável pelo Plano BR-163 Sustentável. Entre outubro e novembro de 2022, extremistas da BR-163 – articulados nacionalmente via mídias sociais digitais pelo *movimento* autointitulado *patriota* – bloquearam a BR e atacaram agentes e viaturas da Polícia Rodoviária Federal (PRF). Em janeiro de 2023, voltaram a bloquear a BR-163 paraense em apoio aos ataques às sedes dos três poderes em Brasília.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base nos ciclos de bloqueios de rodovia realizados na região da BR-163, podemos concluir que é importante analisar mobilizações fora dos grandes centros urbanos protagonizadas não só por agentes subalternizados, mas também domi-

12 Novo Progresso foi o nono município do Brasil que mais apoiou Bolsonaro em 2022, com 82,92% de eleitores. Figurou no ranking ao lado de cidades do Rio Grande do Sul, Paraná e Santa Catarina.

nantes, socialmente desiguais, liberais-conservadores e autoritários-reacionários. Habitantes da BR-163 paraense se engajaram por meio de variadas ações coletivas, organizadas sobretudo por representantes políticos e sindicais – em contraponto ao recente cansaço das formas clássicas “partido” e “movimento” (Bringel, 2022) –, sendo diferenciadas por seu caráter mais *briguento* ou de *diálogo* com o governo federal (Lacerda, 2019, 2022).

Entre os contextos distantes de 2002 e 2023 – em termos de agentes engajados, pautas de reivindicações e contexto político – a interdição da BR-163 se consolidou como uma das principais formas de ação coletiva empregadas na região. A depender das correlações de forças nas disputas por terra e territorialidades, os bloqueios podiam reunir agentes que, em outros momentos, se encontravam em conflito aberto, como os Kayapó e a *sociedade*, os *pequenos* e os *grandes*. Os últimos, ainda que com divergências internas, passaram a reconhecer, inspirados nos primeiros, a eficácia da interdição de uma rodovia em vias de pavimentação na produção de eventos políticos. Residia aí a possibilidade de serem incluídos no projeto de desenvolvimento que até então os teria marginalizado – antes, pela ausência de asfalto, agora pela proibição de produzirem como o agronegócio mato-grossense.

Ainda assim, as principais demandas concernentes à fiscalização ambiental, à TI Baú, aos PDS Terra Nossa e Brasília, à Flona do Jamanxim e à Reserva Garimpeira do Tapajós não foram atendidas plenamente. Todavia, manifestantes observavam conquistas na manutenção e reivindicação de direitos legais e morais costumeiros, bem como na renovação de seu reconhecimento enquanto grupo perante autoridades, debatendo movimentos passados para decidir ações coletivas adequadas a determinada conjuntura. Nesse sentido, o bloqueio da BR-163 seguiu sendo objeto de debates entre lideranças e suas bases quanto à sua eficácia e legitimidade em determinados contextos.

No governo de Michel Temer, representantes ruralistas da luta pela flexibilização da Flona do Jamanxim passaram a contar mais com o *diálogo* com o governo, mas fizeram sucessivos bloqueios da BR para pressioná-lo ainda mais. Após serem derrotados com o veto à MP 756, apoiaram a candidatura de Jair Bolsonaro para a presidência – cuja eleição significou uma vitória na reorientação das formas de governança sobre a apropriação da terra e minérios. A pauta de descaracterização da Flona seguiu, indiretamente, nas mobilizações pela *legalização* de garimpos dos Tapajós, que empregaram o bloqueio de rodovia como modo de pressionar sobretudo o Legislativo a *legalizar* atividades tornadas ilegais com o Plano BR-163 Sustentável.

Assim, a pauta da *legalização* dos garimpos passou a figurar como centro de um ciclo de bloqueios da BR-163 afinado ao projeto bolsonarista e ao fim do ciclo político democratizante (Bringel, 2022), culminando na radicalização dos bloqueios durante o *movimento patriota* nacional. Esse mostrou como o estilo de ativismo “patriota”, reativado nas Jornadas de 2013 (Alonso, 2023), foi eficaz na adesão de críticos a políticas de regulamentação ambiental e de redistribuição de terras públicas.

Já os Kayapó passaram a bloquear a rodovia não só por serviços públicos e direitos territoriais, mas para se contraporem ao incentivo de Bolsonaro à ofensiva da mineração em seu território, o que causou cisões internas. Os assentados do PDS Brasília e Terra Nossa, por seu turno, se viram cada vez mais divididos internamente frente à crescente flexibilização do que se entendia por *regularização* de seus territórios, ao passo em que, no caso do Terra Nossa, aguardam a desintrusão de grileiros, recomendada por vistoria do Incra, resultante do bloqueio da BR-163 em 2016.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Luciana Schleder. *Gaúchos, festas e negócios: o agronegócio da soja no Meio-norte Matogrossense*. 2013. 205 f. Tese (Doutorado em Sociologia e Antropologia) –PPGSA/IFCS/UFRJ, Rio de Janeiro, 2013.
- ALONSO, Angela. As teorias dos movimentos sociais: um balanço do debate. *Lua Nova*, São Paulo, v.76, p. 49-86, 2009.
- ALONSO, Angela. O abolicionismo como movimento social. *Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo, v.100, p.115-137, nov. 2014.
- ALONSO, Angela. *Treze: a política de rua de Lula a Dilma*. São Paulo: Companhia das Letras, 2023.
- BEMERGUY, Telma de Sousa. Notas sobre a feitura de um novo Estado na Amazônia Paraense: afetos e afetações em mobilizações sociais pelo Tapajós. *Amazônica*, v. 11, n. 2, p. 771-800, 2019.
- BRINGEL, Breno. Campos de ação e confronto político no Brasil contemporâneo: do ciclo democratizante ao bolsonarismo e vice-versa (via Junho de 2013). In: TAVARES, Francisco Mata Machado; BALLESTRIN, Luciana; MENDONÇA, Ricardo Fabrino (Org.). *Junho de 2013: sociedade, política e democracia no Brasil*. 1ed. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2022, p. 163-190.
- BRINGEL, Breno; PLEYERS, Geoffrey (Org.). *Protesta e indignación global: Los movimientos sociales en el nuevo orden mundial*. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO; Río de Janeiro: FAPERJ, 2017.

- BRUNO, Regina Angela Landim. Nova República: a violência patronal rural como prática de classe. *Sociologias*, Porto Alegre, ano 5, nº10, p.284-310, jul-dez 2003.
- CAMPBELL, Jeremy M. Between the Material and the Figural Road: The Incompleteness of Colonial Geographies in Amazonia. *Mobilities*, v.7, n.4, p. 481-500, set. 2012.
- CAMPBELL, Jeremy M. *Conjuring property: speculation and environmental futures in the Brazilian Amazon*. Seattle: Univ. of Washington Press, 2015.
- CARNEIRO, Olavo Brandão. *Tratoração - o alerta do campo: Um estudo sobre ações coletivas e patronato rural no Brasil*. 2008. 172 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) – CPDA/UFRRJ, Rio de Janeiro, 2008.
- CASTRO, Edna Maria Ramos de. Expansão da fronteira, megaprojetos de infraestrutura e integração sul-americana. *Caderno CRH*, Salvador, v. 25, n. 64, jan./abr. p. 45-61, 2012.
- CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO DOM TOMÁS BALDUINO – CPT. *CONFLITOS NO CAMPO BRASIL (2007)*. GOIÂNIA: CPT NACIONAL, 2008. Disponível em: <https://bit.ly/3jNoUhm>. Acesso em: 03 jul. 2020.
- CHAMPAGNE, Patrick. La manifestation. La production de l'événement politique. *Actes de la recherche en sciences sociales*, n. 52-53, p. 19-41, 1984.
- CHAVES, Christine de Alencar. *A marcha nacional dos sem-terra: um estudo sobre a fabricação do social*. Rio de Janeiro: Relume Dumará: UFRJ, NuAP, 2000.
- CHUA, Charmaine; BOSWORTH, Kai. Beyond the Chokepoint: Blockades as Social Struggles. *Antipode*, Worcester, v. 55, n. 5, p.1301-1320, 2023.
- DA ROS, César Augusto. O movimento “vistoria zero” e as ações de resistência do patronato rural as políticas de assentamento no Rio Grande do Sul entre os anos de 1999 e 2002. *XIII Congresso Brasileiro de Sociologia*, Recife/PE, 2007.
- DAVIS, Sasha, Beyond Obstruction: Blockades as Productive Reorientations. *Antipode*, Worcester, v. 55, n. 5, p. 1390-1410, 2023.
- DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES. *PROGRAMA BÁSICO AMBIENTAL: COMPONENTE INDÍGENA*. DNIT; EXÉRCITO BRASILEIRO; CENTRAN, Ethnos: Brasília, dez. 2006.
- FAZENDEIROS NO PARÁ PREVÊEM ‘MUITOS MORTOS’. O ESTADO DE SÃO PAULO, São Paulo, 14 set. 2003.
- GARIMPO E CISÃO. *INSTITUTO KABU*, Novo Progresso, 2021. Disponível em: <https://www.kabu.org.br/garimpo-e-cisao/>. Acesso em: 10 jan. 2025.
- HARLEY, Anne. The pedagogy of road blockades. *Interface*, v.6, n.1, p.266 – 296, 2014.
- HEREDIA, Beatriz Maria Alasia de; PALMEIRA, Moacir; LEITE, Sérgio Pereira. Sociedade e Economia do “Agronegócio” no Brasil. *RBCS*, São Paulo, v. 25, n. 74, p. 159-196, out. 2010.

- INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA. *RELATÓRIO CIRCUNSTANCIADO DE SUPERVISÃO OCUPACIONAL DO PDS TERRA NOSSA*. ORDEM DE SERVIÇO Nº 54/2016/INCRA/SR30G. SANTARÉM, 2017.
- KATO, Karina; KORTING, Matheus; MENEZES, Thereza. *A solução é a regularização fundiária?: privatização da terra, digitalização de registros e o papel do Estado*. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2022.
- LACERDA, Paula Mendes. Movimentos sociais na Amazônia: articulações possíveis entre gênero, religião e Estado. *Boletim Do Museu Paraense Emílio Goeldi*. Ciências Humanas, v. 8, n.1, p. 153–168, 2013.
- LACERDA, Renata Barbosa. A cidade como forma de diferenciação: famílias pioneiras e fundadores na Amazônia. *Wamon*, Manaus, v.6, n.1, p.69–89, 2021.
- LACERDA, Renata Barbosa. Brigando por nossa terra: indígenas e assentados contra desterritorializações no Xingu (sudoeste do Pará). *Estudos Ibero-Americanos*, Porto Alegre, v. 50, n. 1, p.1-22, 2024.
- LACERDA, Renata Barbosa. Brigar junto contra o governo: alianças e disputas na implantação de um plano de desenvolvimento sustentável. *RBCS*, São Paulo, v. 34, n. 100, p.1-19, 2019.
- LACERDA, Renata Barbosa. Revoltas do povo da BR-163 contra crises da ambientalização do governo. *Anuário Antropológico*, Brasília, v.47, n.1, p. 19-43, 2022.
- MCADAM, Doug; TARROW, Sidney; TILLY, Charles. *Dynamics of contention*. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.
- PINHEIRO-MACHADO, Rosana. *Amanhã vai ser maior: o que aconteceu com o Brasil e as possíveis rotas de fuga para a crise atual*. São Paulo: PPlaneta do Brasil, 2019.
- PRODUTORES RURAIS FAZEM MOBILIZAÇÃO NACIONAL NESTA SEXTA CONTRA ATUAIS DEMARCAÇÕES DE TERRAS INDÍGENAS. *RURALBR*, 14 jun. 2013. Disponível em: <https://bit.ly/3TosCBK>. Acesso em: 11 nov. 2022.
- QUIRÓS, Julieta. Política e economia na ação coletiva: uma crítica etnográfica às premissas dicotômicas. *Mana*, Rio de Janeiro, v.15, n.1, p.127-153, abr. 2009.
- RAUBER, Marcelo Artur. Na rua contra as terras indígenas. In: RAUBER, Marcelo Artur et al. (Org.). *Agronegócio e desconstrução de direitos territoriais de povos etnicamente diferenciados: ação política e efeitos sociais das formas contemporâneas de exploração agrária*. 1. ed. Rio de Janeiro: Mórula, 2022, p.258-324.
- RIBEIRO, Reginaldo. População está revoltada com as atitudes dos índios Kayapó. *Blog O Atual*, 15 set. 2011. Disponível em: <https://jornaloatual.blogspot.com/2011/09/indios-kayapo-paralisam-obras-da-br-163.html>. Acesso em: 13 jan. 2025.
- ROSA, Marcelo Carvalho. A “forma movimento” como modelo contemporâneo de ação coletiva no Brasil. In: _____. (Org.). *Greves, acampamentos e outras formas de*

- mobilização social: o legado de Lygia Sigaud para os estudos rurais*. Rio de Janeiro: Rede de Estudos Rurais, 2010.
- RUANO, Elizabeth del Socorro. “*Minga*” e *Air* em perspectiva comparada: Formas e significados nos protestos indígenas na Colômbia e no Brasil. 2013. 342 f. Tese (Doutorado em Estudos Comparados sobre as Américas) – CEPPAC/UnB, Brasília, 2013.
- SEYFERTH, Giralda. As contradições da liberdade. Análise das representações sobre a identidade camponesa. *RBCS*, v. 7 n. 18, p.01-31, 1992.
- SIGAUD, Lygia. A forma acampamento: notas sobre a versão pernambucana. *Novos Estudos CEBRAP*, nov. 2000, p. 73-92.
- SIGAUD, Lygia. A luta de classes em dois atos: Notas sobre um ciclo de greves camponesas. *Dados*, Rio de Janeiro, v.29, n.3, p.319-343, 1986.
- SUSPENSA PARTE DE DEMARCAÇÃO DE RESERVA (PA). *O LIBERAL*, Belém, 26 set. 2003.
- TARROW, Sidney. Cycles of Collective Action: Between Moments of Madness and the Repertoire of Contention. *Social Science History*, v. 17, n. 2, p. 281-307, sum.1993.
- THOMPSON, Edward Palmer. *Costumes em Comum*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- TILLY, Charles. *From mobilization to revolution*. New York: Random House, 1978.
- TORRES, Maurício. *Terra Privada Vida Devoluta: Ordenamento Fundiário e Destinação de Terras Públicas no oeste do Pará*. Tese de Doutorado (Doutorado em Geografia). São Paulo: PPGGH/USP, 2012.
- TRAUGOTT, Mark. *The insurgent barricade*. Berkely & London: University of California Press, 2010.
- VALENTE, Rubens. Ministro autoriza redução de reserva de índios no Pará. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 14 out. 2003. Disponível em: <https://bit.ly/3SyQCma>. Acesso em 17 fev. 2022.
- VIANNA JR, Aurélio. *Prisão em Lajeado Pepino: uma ação social contra a barragem de Machadinho*. Rio de Janeiro: CASA 8, 2012.